



CONTROLE PROCESSUAL

AUTO DE INFRAÇÃO: Nº. 0011/2006.

PA COPAM: 20605/2011/002/2011.

EMBASAMENTO LEGAL: Art. 87, II, do Decreto n.º 44.309/2006.

AUTUADO: Itamar Moreira Couto – Espólio.

CPF: 004.232.386-04.

MUNICÍPIO: Rio Casca.

ZONA: Rural.

BACIA FEDERAL: Rio Doce.

BACIA ESTADUAL: UPGRH DO1 Rio Piranga.

AUTO DE FISCALIZAÇÃO: 29/2006.

DATA: 09/10/2006.

Equipe Interdisciplinar	MAASP	Assinatura(s)
Wander José Torres de Azevedo Analista Ambiental – Direito	1.152.595-3	
DRCP ZM	MAASP	Assinatura
De acordo: Elias Nascimento de Aquino	1.267.876-9	


01. RELATÓRIO

Nos termos da decisão proferida quando da realização da 126ª RO do URC/ZM, datada de 24/08/2016, decidiu esta Colenda Turma recursal excluir o valor referente aos juros moratórios da pena pecuniária da Infração I dos autos.

A referida decisão fora publicada no MG do dia 01/08/2016.

Após a realização das adequações no cálculo da multa em questão, visando cumprir com a decisão mencionada, o interessado, após sua notificação, manifestou o desejo do parcelamento da multa em tela, tendo, para tanto, assinado o respectivo *Termo de Confissão e de Parcelamento do Débito* (fls. 164/166).

O processo, então, fora encaminhado para o órgão da responsável. Contudo, conforme Memo 151, o processo fora devolvido a esta regional com a determinação de

	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável Superintendência Regional de Meio Ambiente da Zona da Mata – SUPRAM/ZM Núcleo de Autos de Infração da SUPRAM/ZM – NAI SUPRAM/ZM	Pág. 2 de 5 Data 25/05/2017
---	--	--------------------------------

observância de orientação interna da AGE, visando aplicação dos termos do art. 50 do Decreto n.º 46.668/14 c/c com o Dec. 44.844/2008.

Desta forma, de ofício, recolocamos a questão à apreciação desta Colenta Turma, visando a aplicação do melhor direito ao caso em comento.

02. FUNDAMENTOS

Com efeito, a regra da incidência de juros nos valores contidos em quaisquer autos de infração ambiental possuía marco próprio e observava, integralmente, os termos do art. 48, §3º, do Dec. n.º 44.844/2008, ao determinar que o *“valor da multa será corrigido monetariamente a partir da data da autuação e, a partir do vencimento incidirão juros de mora de um por cento ao mês.”* (g.n.)

O referido auto de infração é datado de 27/09/2006, mas a legislação anterior possuía a mesma dicção da atual, bastando para isto a mera leitura do já revogado art. 49, §3º, do Dec. 44.3096/2006.

Hoje, contudo, a matéria também se encontra disciplinada pelo teor do Decreto n.º 46.668/2014, norma que estabeleceu o Regulamento do Processo Administrativo de constituição do Crédito Estadual não tributário – RPACE, confira-se o teor do art. 50 daquele normativo:

“Art. 50. Os créditos do Estado, decorrentes de quaisquer das hipóteses que possam, ou não, vir a compor a dívida ativa não tributária do Estado, nos termos do art. 39, § 2º, da Lei Federal nº 4.320, de 1964, terão a correção monetária e os juros de mora calculados com base na Taxa SELIC ou em outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais.

§ 1º A Taxa SELIC ou outro critério que vier a ser adotado para cobrança dos débitos fiscais federais incidirá a partir do momento em que se tornar exigível o crédito, respeitando-se os índices legais fixados ou pactuados para o período antecedente à inscrição em dívida ativa.

§ 2º Ressalvadas hipóteses legais ou contratuais específicas e aquelas para as quais houver índice de correção monetária previsto, os créditos não tributários do Estado serão corrigidos pelo índice de correção monetária divulgado na Tabela da Corregedoria Geral de Justiça de Minas Gerais até o momento em que se tornarem exigíveis.



§ 3º A autoridade administrativa competente deverá atualizar os créditos não tributários do Estado segundo os índices legais fixados ou pactuados antes de encaminhar o processo para inscrição em dívida ativa, discriminando-os em planilha de cálculo.”

Aliás, a questão foi muito bem resumida pelo Memo.Circular AGE/GAB/ADJ/2 n.º 008/2015, de seguinte texto, confira-se:

“Adicionalmente, para fins de conjugação entre o disposto no art. 48, §3º do Decreto 44.844/2008 e o art. 50 do Decreto 46.668/14 (RPACE), considerando que o novo regramento concernente à atualização monetária e aos juros de mora aplica-se imediatamente aos feitos em curso, sem, contudo, retroagir a período anterior a sua vigência, firmo as seguintes orientações:

a) Para débitos cujos Autos de Infração tenham sido lavrados antes da vigência do RPACE, ou seja, até 15/12/2014, o valor da multa deverá ser atualizado da seguinte maneira (independentemente de ter sido ou não apresentada defesa administrativa):

a.1) correção monetária, segundo a tabela da Corregedoria-Geral de Justiça, incidente a partir da lavratura do Auto de Infração; e juros de mora de 1% (um por cent) ao mês, a partir do vencimento original do débito (21º dia após a notificação do autuado) até 31/12/2014;

a.2.)- incidência da Taxa Selic sobre o referido valor, a partir de 01/01/2015;

b.) Para débitos cujos Auto de Infração tenham sido lavrados após a vigência do RPACE, ou seja, a partir de 16/12/2014, o débito deverá ser atualizado da seguinte maneira (independentemente de ter sido ou não apresentada defesa administrativa);

b.1.)- incidência da Taxa Selic a partir do vencimento original do débito (21º dia após a notificação do atuado).”

Com base nos fundamentos acima delineados, como ocorreu uma alteração legislativa superveniente no tocante aos créditos não-tributários no Estado, dando tratamento diferenciado à matéria dos juros moratórios em autos de infração, há de se fazer uma integração visando a aplicação das normas no tempo, resgatando-se a legalidade para o caso.

Neste aspecto, pode a Administração Pública rever os seus atos administrativos, conforme disposto no art. 64 da Lei n.º 14.184/2002, ao se determinar a anulação de seus próprios atos quando eivados de vício de legalidade, bem como lhe faculta a sua revogação por motivo de conveniência ou oportunidade.



A Súmula 473 do STF, por sua vez, é enfática:

“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.”

No mesmo sentido a Súmula 346 também do próprio STF, de seguinte teor:

“A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.”

Aliás, o princípio da legalidade é a expressão maior do Estado Democrático de Direito, a garantia vital de que a sociedade não está presa às vontades particulares pessoais daqueles que governa. Seus efeitos e importância são bastante visíveis no ordenamento jurídico, bem como na vida social, pois ele dita *“estar a administração pública, em toda a sua atividade, presa aos mandamentos da lei, deles não podendo se afastar, sob pena de invalidade do ato”* (Diógenes Gasparini, Direito Administrativo, 4ª edição, Saraiva, página 6).

Ademais, termos do art. 43, inciso X, do Decreto n.º 47.042, de 6 de setembro de 2016, a competência para disciplinar a atualização de débitos de terceiros a favor Estado pertence à Diretoria de Contabilidade e Finança, a qual, entre outras coisas, cuida especificamente do controle, orientação e execução das atividades financeiras e contábeis, e justamente em decorrência desta competência, que baixou em diligência o processo para que a questão dos juros fosse aplicada ao caso (vide Memo n.º 151/DICOF/SUAFI/SISEMA/2016).

Assim sendo, apresenta-se os fundamentos acima expostos visando a reapreciação pela Ilustre Câmara, para, dentro do princípio da legalidade, revogar/rever parcialmente a decisão tomada na 126ª RO, no tocante à aplicação dos juros moratórios no caso da infração pecuniária, cuja incidência deverá seguir o entendimento acima exposto, visando a aplicação ampla da legalidade estrita ao caso.

03. CONCLUSÃO

Por todo o exposto, opinamos pela **ANULAÇÃO parcial da decisão proferida quando da 126ª RO da URC/ZM, visando a aplicação, quanto aos juros moratório referente à infração pecuniária dos autos, a conjugação do disposto nos Decretos ns.º 44.844/2008 e**



46.668/2014, conforme entendimento contido no MEMO Circular AGE/GAB/ADJ/2 n.º 008/2015.

Após, sejam os autos encaminhados ao setor administrativo do SISEMA para a competente elaboração do DAE, intimando-se a interessada para o pagamento da pena pecuniária no prazo de 20 (vinte) dias, em face do encerramento dos debates administrativos.

Salvo melhor juízo, este é o parecer.